

**BANCO COMERCIAL DO  
ATLÂNTICO, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de  
Dezembro de 2009 acompanhadas do  
Relatório de Auditoria**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (“Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de mCve. 62.947.816 e capitais próprios de mCve. 2.909.653, incluindo um resultado líquido de mCve. 595.783, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 37).

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Ênfases**

5. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2003, no montante de mCve. 612.548. Segundo indicação da Direcção Geral do Tesouro, encontra-se a decorrer uma auditoria às bonificações reclamadas pelo que o referido valor não foi confirmado. O Conselho de Administração entende que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera o referido montante integralmente recuperável, tendo ainda em consideração que as bonificações reclamadas até ao exercício de 2007, no montante de mCve. 443.593, foram confirmadas pela Direcção Geral do Tesouro em exercícios anteriores.
6. Conforme divulgado na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2009 o Banco aplicou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde na preparação das suas demonstrações financeiras. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente em vigor (Plano de Contas para o Sistema Bancário – PCSB) para as NIRF, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2008. Consequentemente, a informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NIRF para efeitos de comparabilidade. Na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações relativas ao impacto de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 26 de Abril de 2010



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

**BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.**

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2009		2008		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Impairidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
					(Pró-forma)				(Pró-forma)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	9.650.707	-	9.650.707	8.216.907	Recursos de outras instituições de crédito	15	500.928	550.227
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	348.608	-	348.608	1.785.817	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	53.187.265	55.234.842
Activos financeiros disponíveis para venda	5	6.791.678	(10.841)	6.780.837	6.869.223	Provisões	17	5.452.071	5.017.552
Aplicações em instituições de crédito	6	1.418.524	-	1.418.524	6.470.601	Passivos por impostos correntes	13	17.735	185.029
Títulos de dívida pública	7	5.226.315	-	5.226.315	4.959.477	Passivos por impostos diferidos	13	67.296	82.940
Crédito a clientes	8	38.276.866	(2.227.454)	36.049.412	32.583.471	Outros passivos	18	812.868	511.486
Propriedades de investimento	9	2.926	-	2.926	2.926	Total do passivo		60.038.163	61.582.076
Outros activos tangíveis	10	2.891.932	(1.351.630)	1.540.302	1.316.435	Capital	19	1.318.648	1.000.000
Activos intangíveis	11	191.203	(167.264)	23.939	25.815	Reservas de reavaliação	20	294.873	383.561
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	161.210	-	161.210	145.931	Outras reservas e resultados transitados	20	700.349	134.725
Activos por impostos diferidos	13	378.676	-	378.676	473.345	Resultado do exercício	20	595.783	899.030
Outros activos	14	1.533.451	(167.091)	1.366.360	1.149.444	Total do capital próprio		2.909.653	2.417.316
Total de activos		66.872.096	(3.924.280)	62.947.816	63.999.392	Total do passivo e do capital próprio		62.947.816	63.999.392

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

**BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2009	2008 (Pró-forma)
Juros e rendimentos similares	21	3.536.496	3.654.882
Juros e encargos similares	22	(1.271.154)	(1.240.853)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>2.265.342</b>	<b>2.414.029</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	259.518	239.551
Rendimentos com serviços e comissões	24	329.639	361.333
Encargos com serviços e comissões	24	(39.812)	(30.467)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	25	6	20.222
Resultados de reavaliação cambial	26	117.605	202.370
Resultados de alienação de outros activos	27	4.253	11.727
Outros resultados de exploração	28	427.920	496.254
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>3.364.471</b>	<b>3.715.019</b>
Custos com pessoal	29	(1.184.506)	(1.222.412)
Gastos gerais administrativos	31	(694.140)	(660.571)
Amortizações do exercício	10 e 11	(156.165)	(135.050)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	-	(31.045)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(651.422)	(463.762)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(13.288)	(58.423)
Resultados em empresas associadas	12	26.648	26.281
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>691.598</b>	<b>1.170.037</b>
<b>Impostos sobre lucros</b>			
Correntes	13	(17.735)	(185.009)
Diferidos	13	(78.080)	(85.998)
		<b>(95.815)</b>	<b>(271.007)</b>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>595.783</b>	<b>899.030</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.250.025	1.000.000
Resultado por acção		0,47662	0,89903

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	(88.386)	74.927
Efeito fiscal	(303)	(136)
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	2.517	30.438
Efeito fiscal	(642)	(7.762)
Outros	6.150	32.465
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	<u>(80.664)</u>	<u>129.932</u>
Resultado líquido do exercício	595.783	899.030
Total do rendimento integral do exercício	<u><u>515.119</u></u>	<u><u>1.028.962</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício  
findo em 31 de Dezembro de 2009.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 - PCSB	1.000.000	-	346.715	506.484	-	649.531	2.502.730
Impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 36)	-	308.770	-	-	(1.098.380)	-	(789.610)
	1.000.000	308.770	346.715	506.484	(1.098.380)	649.531	1.713.120
Distribuição do resultado do exercício de 2007:							
Incorporação em reservas	-	-	64.953	259.812	-	(324.765)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(324.766)	(324.766)
Rendimento integral do exercício	-	74.791	-	55.153	(12)	899.030	1.028.962
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 - pró-forma	1.000.000	383.561	411.668	821.449	(1.098.392)	899.030	2.417.316
Aumento de capital	324.765	-	-	-	-	-	324.765
Despesas com aumento de capital	(6.117)	-	-	-	-	-	(6.117)
Distribuição do resultado do exercício de 2008:							
Incorporação em reservas	-	-	97.551	536.533	-	(634.084)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(341.430)	(341.430)
Resultados transitados	-	-	-	-	(76.484)	76.484	-
Rendimento integral do exercício	-	(88.688)	-	8.024	-	595.783	515.119
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1.318.648	294.873	509.219	1.366.006	(1.174.876)	595.783	2.909.653

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2009</u>	<u>2008</u> (Pró-forma)
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	595.783	899.030
Ajustamentos:		
Amortizações	156.165	135.050
Provisões e imparidade	664.710	553.230
Impostos diferidos	78.080	85.998
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(26.648)	(26.281)
Variações nos activos e passivos operacionais:		
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	5.052.077	2.136.303
(Aumento) / diminuição de títulos de dívida pública	(266.838)	1.708.603
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	(4.117.363)	(6.791.200)
(Aumento) / diminuição de outros activos	(230.204)	(413.395)
Aumento / (diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	(49.299)	277.683
Aumento / (diminuição) de recursos de clientes e outros empréstimos	(2.047.577)	237.281
Aumento / (diminuição) de outros passivos	566.749	1.252.289
<i>Fluxo das actividades operacionais</i>	<u>375.635</u>	<u>54.591</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Activos intangíveis	-	18.818
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13.886	12.405
Pagamentos respeitantes a:		
(Aumento) / diminuição de activos disponíveis para venda	-	(31.435)
Outros activos tangíveis	(367.271)	(261.153)
Activos intangíveis	(9.027)	-
<i>Fluxo das actividades de investimento</i>	<u>(362.412)</u>	<u>(261.365)</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aumento de capital, líquido de despesas	318.648	-
Dotação do fundo de reestruturação	6.150	32.477
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(341.430)	(324.766)
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	<u>(16.632)</u>	<u>(292.289)</u>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(3.409)	(499.063)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.002.724	10.501.787
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.999.315	10.002.724

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 29 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Abril de 2010, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

### 2.2. Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 são as primeiras apresentadas pelo Banco de acordo com as NIRF. Deste modo, tal como definido na Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF sendo o impacto à data de transição explicado na Nota 36.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

### 2.3. Políticas contabilísticas

#### a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio comunicado pelo Banco de Cabo Verde no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2009 e 2008, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
1 USD	75,936	78,182

#### c) Instrumentos financeiros

##### i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

##### a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

##### *Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Anulações de capital e juros*

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e encargos de exploração”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.



j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%. Em Janeiro de 2009, a taxa do IUR foi alterada de 30% para 25% com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e a valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento. As pensões são determinadas com base no salário à data da reforma, sendo actualizadas anualmente, excepto para os empregados que se reformem com menos de 35 anos de serviço, caso em que a pensão corresponde apenas a uma parte desse salário.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 2001, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido, nomeadamente, para o plano de pensões e de saúde do Banco.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe em 2009 e 2008 de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para férias e subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica “Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado”.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em proveitos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.3. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.3. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.3. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações, em vigor em 31 de Dezembro de 2009.

As Normas e Interpretações aprovadas pelo IASB, mas não adoptadas pelo Banco, por serem de aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros, são as seguintes:

<b>Norma/Interpretação</b>	<b>Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)</b>	
<b>NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:</b>		
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação, aplicável a concessões do tipo público-para-privado, enquadra o operador como prestador de serviços e introduz regras de reconhecimento por parte do operador do rédito de construção e de operação de infraestruturas e sua mensuração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.
IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”	1-Jan-13	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, incluindo:</p> <p>a) Registo pelo custo amortizado dos instrumentos de dívida que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial. Os restantes instrumentos de dívida deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p>

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
		<p>b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. É definida a opção de designar de forma irrevogável instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios caso seja utilizada esta opção, as valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) são integralmente reconhecidos por contrapartida de reservas;</p> <p>c) Eliminação da possibilidade de separação do derivado e do contrato de acolhimento em activos financeiros com derivados embutidos;</p>
<b>REVISÕES:</b>		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
IFRS 2 (Alterada) – “Pagamentos baseados em acções”	1-Jan-10	Esta revisão clarifica o tratamento a adoptar por uma subsidiária nas suas demonstrações financeiras individuais relativamente a transacções baseadas em acções quando o pagamento é efectuado pela empresa mãe ou por outra entidade do grupo.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas”	1-Jan-11	Introduz uma isenção de alguns requisitos de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa.
IFRIC 14 – “O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” (Emenda)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio”	1-Jul-10	Clarifica o tratamento contabilístico de com a liquidações de passivos mediante a emissão de instrumentos de capital próprio.
<b>EMENDAS:</b>		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa		
. Moeda nacional	486.668	463.912
. Moeda estrangeira	416.221	562.773
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	8.747.028	7.186.407
. Moeda estrangeira	790	3.815
	<u>9.650.707</u>	<u>8.216.907</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 18 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2009 e 2008, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	996	998
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banco Espírito Santo, S.A.	24.953	257.180
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	16.946	157.264
. JP Morgan Chase Bank	15.437	-
. Citibank	9.903	714.355
. Outras	41.337	265.486
	<u>109.572</u>	<u>1.395.283</u>
Cheques a cobrar:		
Sobre o estrangeiro	131.162	160.839
Sobre o país	104.129	225.947
	<u>235.291</u>	<u>386.786</u>
Outras disponibilidades	3.745	3.748
	<u>348.608</u>	<u>1.785.817</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	6.726.762	6.816.335
Instrumentos de capital	64.916	63.729
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	<u>6.780.837</u>	<u>6.869.223</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	% de participação	Custo de aquisição	2009			2008		
			Valor balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 20)	Imparidade (Nota 17)	Valor balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 20)	Imparidade (Nota 17)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	n.d.	6.433.170	6.726.762	293.592	-	6.816.335	383.165	-
Visa International Service Association	n.d.	1.314	3.033	1.584	-	1.846	532	-
		<u>6.434.484</u>	<u>6.729.795</u>	<u>295.176</u>	<u>-</u>	<u>6.818.181</u>	<u>383.697</u>	<u>-</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		<u>61.883</u>	<u>51.042</u>	<u>-</u>	<u>(10.841)</u>	<u>51.042</u>	<u>-</u>	<u>(10.841)</u>
		<u>6.496.367</u>	<u>6.780.837</u>	<u>295.176</u>	<u>(10.841)</u>	<u>6.869.223</u>	<u>383.697</u>	<u>(10.841)</u>

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 23);
- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;
- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.808 e mCve. 941, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A participação na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2008 foram os seguintes:

Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

No decorrer do exercício de 2008, o Banco vendeu as acções que detinha da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., tendo registado uma mais-valia de mCve. 18.503 (Nota 25).

Visa International Service Association

Em 18 de Março de 2008, no âmbito da transformação da Visa International Service Association (VISA) em sociedade anónima, foram atribuídas ao Banco 1.029 acções, as quais foram valorizadas em mCve. 3.032, equivalente ao custo de aquisição pago pelo Banco quando da adesão como membro do sistema VISA, e que naquela data se encontrava totalmente amortizado. Adicionalmente, na sequência da Oferta Pública Inicial, o Banco alienou 579 acções da VISA tendo apurado uma mais-valia de mCve. 1.719 (Nota 25).

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	250.000	3.786.000
- Títulos de regularização monetária	200.000	800.000
- Aplicações de muito curto prazo	-	1.200.000
	<u>450.000</u>	<u>5.786.000</u>
Aplicações a curto prazo		
. Caixa Geral de Depósitos	110.265	-
Contas caução:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	462.306	721.705
. Citibank	385.255	-
. Outras instituições de crédito no exterior	11.269	11.355
	<u>969.095</u>	<u>733.060</u>
Juros a receber	704	6.737
Proveitos diferidos	(1.275)	(55.196)
	<u>1.418.524</u>	<u>6.470.601</u>

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor nominal	5.097.300	4.808.860
Juros a receber	129.015	150.617
	<u>5.226.315</u>	<u>4.959.477</u>

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a mCve. 1.509.215 e mCve. 981.160, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	94.204	103.534
. Créditos em conta corrente	3.121.956	3.926.544
. Descobertos em depósitos à ordem	62.614	82.112
. Cartões de crédito	81.472	58.696
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	25.837.574	21.995.518
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	9.178	7.800
. Créditos em conta corrente	656.891	513.075
. Descobertos em depósitos à ordem	1.764	1.949
. Cartões de crédito	8.276	6.935
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	443.154	338.581
. Créditos em conta corrente	514.289	283.303
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.592.487	3.351.376
Crédito ao pessoal	1.431.073	1.343.393
	<u>35.854.932</u>	<u>32.012.816</u>
Juros a receber	179.525	193.262
Comissões e outros proveitos diferidos	(295.632)	(262.752)
Custos diferidos	2.623	2.740
Crédito e juros vencidos	2.535.418	2.393.558
	<u>38.276.866</u>	<u>34.339.624</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(2.227.454)	(1.756.153)
	<u>36.049.412</u>	<u>32.583.471</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.3. c) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2009	2008	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	638.710	628.905	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
TecniciL - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	350.000	350.000	06-08-2012
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	250.500	250.500	10-08-2012
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	99.854	-	18-02-2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	65.547	-	05-01-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	-	31-07-2015
TecniciL Indústria, S.A.	6.218	-	23-04-2014
	<u>3.592.487</u>	<u>3.351.376</u>	

As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 1.579.394 e mCve. 1.972.752, respectivamente.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

31.12.2009									
Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	1.715	1.715	50.427	43.094	93.521	50.427	44.809	95.236
Indústrias extractivas	-	-	-	12.883	28.173	41.056	12.883	28.173	41.056
<b>Indústrias transformadoras</b>									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	371.250	40.062	411.312	371.250	40.062	411.312
Indústria têxtil	-	-	-	32.776	14.643	47.419	32.776	14.643	47.419
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	1.295	-	1.295	1.295	-	1.295
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	7.618	-	7.618	110.311	10.087	120.398	117.929	10.087	128.016
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	142.878	-	142.878	142.878	-	142.878
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	304	563	867	304	563	867
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	26.266	-	26.266	26.266	-	26.266
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	514.355	4.900	519.255	514.355	4.900	519.255
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	2.386	4.029	6.415	2.386	4.029	6.415
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2.489	-	2.489	1.611.028	-	1.611.028	1.613.517	-	1.613.517
Construção	8.752	-	8.752	2.441.396	124.086	2.565.482	2.450.148	124.086	2.574.234
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.261.557	214.586	2.476.143	2.261.557	214.586	2.476.143
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	904.459	29.979	934.438	904.459	29.979	934.438
Transportes, armazenagem e comunicações	125.151	-	125.151	836.852	184.725	1.021.577	962.003	184.725	1.146.728
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	16.031	35.415	51.446	16.031	35.415	51.446
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	20	-	20	20	-	20
<b>Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas</b>									
Actividades imobiliárias	-	-	-	733.415	13.683	747.098	733.415	13.683	747.098
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	773.487	25.127	798.624	773.487	25.127	798.624
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	15.788	1.295	17.081	15.788	1.295	17.081
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	665.913	1	665.914	50.401	-	50.401	716.314	1	716.315
Educação	-	15	15	6.992	183	7.175	6.992	198	7.190
Saúde e segurança social	-	-	-	160.809	10.291	171.100	160.809	10.291	171.100
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	357.048	19	357.065	2.138.264	167.757	2.306.021	2.485.310	167.776	2.653.086
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.549	2.540	5.089	2.549	2.540	5.089
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	26.351	3.103	29.454	26.351	3.103	29.454
	1.166.969	1.750	1.168.719	13.244.538	959.151	14.203.689	14.411.507	960.901	15.372.408
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	12.553.674	808.976	13.362.650	12.553.674	808.976	13.362.650
Outros fins	-	-	-	5.165.003	765.542	5.930.545	5.165.003	765.542	5.930.545
	-	-	-	17.718.677	1.574.518	19.293.195	17.718.677	1.574.518	19.293.195
	1.166.969	1.750	1.168.719	30.963.215	2.533.669	33.496.884	32.130.184	2.535.419	34.665.603

31.12.2008									
Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
<b>Empresas</b>									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1.936	-	1.936	91.838	3.271	95.109	93.774	3.271	97.045
Indústrias extractivas	-	-	-	17.204	12.274	29.478	17.204	12.274	29.478
<b>Indústrias transformadoras</b>									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	245.582	45.256	291.838	245.582	45.256	291.838
Indústria têxtil	-	-	-	30.521	14.718	45.239	30.521	14.718	45.239
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	1.524	-	1.524	1.524	-	1.524
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	13.970	-	13.970	110.560	9.384	119.944	124.530	9.384	133.914
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	153.262	-	153.262	153.262	-	153.262
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	105.091	563	105.654	105.091	563	105.654
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	1.509	-	1.509	1.509	-	1.509
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	29.731	10	29.741	29.731	10	29.741
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	684.019	14.410	678.429	684.019	14.410	678.429
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	6.801	1.809	8.610	6.801	1.809	8.610
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	10.172	-	10.172	10.172	-	10.172
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	2.008.074	-	2.008.074	2.008.074	-	2.008.074
Construção	3.885	-	3.885	1.601.332	49.513	1.650.845	1.605.217	49.513	1.654.730
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pass. e domest.	-	-	-	2.196.819	164.908	2.361.727	2.196.819	164.908	2.361.727
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	826.782	21.368	848.150	826.782	21.368	848.150
Transportes, armazenagem e comunicações	214.118	-	214.118	866.029	23.502	721.531	912.147	23.502	935.649
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	54.406	12.003	66.409	54.406	12.003	66.409
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	-	-	-	571.376	64	571.440	571.376	64	571.440
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	635.241	19.048	654.289	635.241	19.048	654.289
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	9.300	-	9.300	9.300	-	9.300
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	359.121	-	359.121	79.827	-	79.827	438.948	-	438.948
Educação	-	15	15	3.533	4.234	7.767	3.533	4.249	7.762
Saúde e segurança social	-	-	-	121.804	7.858	129.662	121.804	7.858	129.662
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	229.764	-	229.764	1.927.978	117.917	2.045.895	2.157.742	117.917	2.275.659
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	3.459	3.685	7.144	3.459	3.685	7.144
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	2.182	3.103	5.285	2.182	3.103	5.285
	822.794	15	822.809	12.207.956	529.898	12.737.854	13.030.750	529.913	13.560.663
<b>Particulares</b>									
Habituação	-	-	-	10.750.310	983.469	11.733.779	10.750.310	983.469	11.733.779
Outros fins	-	-	-	4.785.772	880.176	5.665.948	4.785.772	880.176	5.665.948
	-	-	-	15.536.082	1.863.645	17.399.727	15.536.082	1.863.645	17.399.727
	822.794	15	822.809	27.744.038	2.393.543	30.137.581	28.566.832	2.393.558	30.960.390



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de “Outros activos tangíveis” na transição para as NIRF não tendo registado qualquer movimento nos exercícios de 2009 e 2008.

O justo valor apurado com referência à data de transição foi superior ao custo original de mCve. 1.300, em mCve 1.626 (Nota 36).

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					
	Saldo em 31.12.2008	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Valor líquido em 2009
Imóveis de serviço próprio						
Terrenos	75.034	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.241.459	(471.649)	26.073	-	(19.630)	776.253
Obras em imóveis arrendados	189.824	(82.637)	11.219	-	(17.293)	101.113
Equipamento						
Mobiliário e material de escritório	212.661	(141.351)	35.076	4.082	(18.113)	92.252
Máquinas e ferramentas	70.339	(55.355)	4.574	169	(5.268)	14.459
Equipamento informático	348.910	(276.572)	39.163	22.677	(36.439)	97.130
Instalações interiores	183.252	(157.786)	4.062	-	(7.509)	22.019
Material de transporte	142.934	(80.047)	39.550	-	(23.878)	73.511
Equipamento de segurança	36.872	(31.960)	553	-	(1.182)	4.262
Outro equipamento	102.368	(55.032)	161	-	(14.092)	33.405
Activos tangíveis em curso	65.169	-	212.623	(26.928)	-	250.864
	<u>2.668.822</u>	<u>(1.352.389)</u>	<u>373.054</u>	<u>-</u>	<u>(143.404)</u>	<u>1.540.302</u>

	2008							
	Saldo em 31.12.2007	Adopção das NIRF	Reclassi-ficações	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Imparidade	Valor líquido em 2008
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Ajustamentos (Nota 36)				(Nota 17)	
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	76.334	-	-	(1.300)	-	-	-	75.034
Edifícios	1.096.450	(421.450)	-	-	51.465	115.540	(14.159)	769.814
Obras em imóveis arrendados	134.435	(66.490)	-	-	51.017	4.373	(16.148)	107.187
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	185.376	(125.983)	(32)	-	28.182	30	(16.419)	71.310
Máquinas e ferramentas	64.225	(54.178)	(112)	-	8.531	1.058	(4.541)	14.983
Equipamento informático	298.148	(247.926)	-	-	8.042	42.075	(28.091)	72.338
Instalações interiores	171.785	(151.850)	(474)	-	12.231	2.295	(8.409)	25.462
Material de transporte	159.707	(82.504)	(335)	-	15.250	-	(22.544)	62.888
Equipamento de segurança	35.072	(31.016)	-	-	1.895	14	(1.953)	4.912
Outro equipamento	86.046	(43.230)	146	-	6.365	10.022	(12.011)	47.338
Activos tangíveis em curso	144.010	-	-	-	96.586	(175.407)	-	65.169
	<u>2.451.588</u>	<u>(1.224.627)</u>	<u>(807)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>280.543</u>	<u>-</u>	<u>(123.285)</u>	<u>1.316.435</u>

No movimento do exercício de 2008, a coluna “Adopção das NIRF – Reclassificações” inclui mCve. 1.300 relativos a reclassificações de “Terrenos” para “Propriedades de investimento” (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o imobilizado em curso refere-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático.

No exercício de 2008, o Banco alienou uma fracção do edifício da agência de Santa Maria à Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. pelo valor de mCve. 22.000, tendo apurado uma mais-valia de mCve. 5.406 (Nota 27).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009						
	Saldo em 31.12.2008						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Abates líquidos	Valor líquido em 2009
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	180.231	(154.506)	10.086	907	(12.761)	(18)	23.939
Activos intangíveis em curso	90	-	817	(907)	-	-	-
	<u>180.321</u>	<u>(154.506)</u>	<u>10.903</u>	<u>-</u>	<u>(12.761)</u>	<u>(18)</u>	<u>23.939</u>

  

	2008						
	Saldo em 31.12.2007						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adopção das NIRF (Nota 36)	Adições	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Valor líquido em 2008
Custos plurianuais	72.911	(58.963)	(13.948)	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	179.093	(166.512)	(220)	751	24.378	(11.765)	25.725
Despesas de estabelecimento	299.356	(299.350)	(6)	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	23.331	-	-	1.137	(24.378)	-	90
	<u>574.691</u>	<u>(524.825)</u>	<u>(14.174)</u>	<u>1.888</u>	<u>-</u>	<u>(11.765)</u>	<u>25.815</u>

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2009					2008				
			Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	35%	70.000	126.394	2.296.751	1.605.941	2.149.048	101.033	117.360	2.113.487	1.505.928	2.032.469	88.162
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	34.816	610.455	252.295	333.190	60.450	26.571	475.708	191.279	316.435	73.625
		<u>80.000</u>	<u>161.210</u>	<u>2.907.206</u>	<u>1.858.136</u>	<u>2.482.238</u>	<u>161.483</u>	<u>143.931</u>	<u>2.589.195</u>	<u>1.697.207</u>	<u>2.348.904</u>	<u>161.787</u>

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia) detém uma participação correspondente a 12,5% do capital do Banco. Esta participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2009 e 2008 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Total
Custo de aquisição	70.000	10.000	80.000
Impacto de transição em 1 de Janeiro de 2008 (Nota 36)	12.679	8.938	21.617
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	82.679	18.938	101.617
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	30.438	-	30.438
Resultados em associadas (Nota 36)	16.648	9.633	26.281
Dividendos recebidos	(12.405)	-	(12.405)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	117.360	28.571	145.931
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	2.517	-	2.517
Resultados em associadas	20.403	6.245	26.648
Dividendos recebidos	(13.886)	-	(13.886)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	126.394	34.816	161.210

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	378.676	473.345
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	( 67.296 )	( 82.940 )
	<u>311.380</u>	<u>390.405</u>
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta (Nota 18)	30.234	26.997
Passivos por impostos correntes		
· Imposto imputado	( 17.735 )	( 185.029 )
	<u>(12.499 )</u>	<u>158.032</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	2009			
	Variação em			
Saldo em	Capital			Saldo em
31.12.2008	Próprio	Resultados		31.12.2009
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	390.541	-	(78.080)	312.461
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de investimentos em associadas	-	(642)	-	(642)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(136)	(303)	-	(439)
	<u>390.405</u>	<u>(945)</u>	<u>(78.080)</u>	<u>311.380</u>

  

	2008				
	Variação em				
Saldo em	Adopção	Capital			Saldo em
31.12.2007	das NIRF	Próprio	Resultados		31.12.2008
	(Nota 36)		(Nota 36)		
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>					
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	-	4.584	-	(242)	4.342
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	15.996	-	(2.666)	13.330
Valorização de investimentos em associadas	-	(6.615)	(7.762)	(2.435)	(16.812)
Benefícios dos empregados	-	422.737	-	(98.386)	324.351
Comissões	-	48.974	-	17.503	66.477
Outros	-	(1.375)	-	228	(1.147)
	-	484.301	(7.762)	(85.998)	390.541
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>					
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(136)	-	(136)
	-	484.301	(7.898)	(85.998)	390.405

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		691.598		1.170.037
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	176.357	25,5%	298.359
Benefícios fiscais:				
· Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(9,61%)	(66.456)	(5,16%)	(60.418)
· Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(1,00%)	(6.940)	(0,08%)	(955)
· Donativos	(0,26%)	(1.818)	(0,12%)	(1.449)
· Dividendos	(0,56%)	(3.843)	(0,05%)	(529)
· Aquisição de acções cotadas em bolsa	-	-	(0,22%)	(2.584)
· Rendimento de acções cotadas em bolsa	-	-	(0,98%)	(11.491)
· Rendimento de sociedades cotadas em bolsa (15%)	-	-	(2,79%)	(32.652)
· Outros	(0,55%)	(3.779)	0,17%	1.992
Encargos não aceites fiscalmente	0,33%	2.294	0,00%	16
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	-	6,90%	80.718
Imposto sobre lucro do exercício	<u>13,85%</u>	<u>95.615</u>	<u>39,19%</u>	<u>271.007</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, bem como os obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Os dividendos recebidos estão igualmente isentos de tributação. Adicionalmente, o Banco beneficiou até 2008 dos seguintes benefícios fiscais:

- isenção de tributação, por um período de três anos, dos lucros auferidos pelo exercício da actividade de intermediação financeira em valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- dedução à matéria colectável do valor das aquisições, deduzido das alienações, de valores mobiliários em sociedades comerciais cotadas, por um período de três anos a contar do início do funcionamento efectivo da Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- pelo facto de estar cotado em bolsa, beneficia de redução de 15% do rendimento para efeitos de IUR, durante três anos a partir da data de admissão à cotação (de 2006).

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2009 e 2008 é inferior à taxa normal de tributação.

Em Fevereiro de 2007, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos com uma correcção de Imposto sobre o Valor Acrescentado e pelo incumprimento de obrigações de retenção na fonte em sede de IUR, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Adicionalmente, em Agosto de 2007, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006. O Banco liquidou apenas parcialmente o valor das notificações recebidas, tendo contestado uma parte dos valores liquidados, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em Outubro de 2008, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos pelo incumprimento de obrigações de retenção na fonte em sede de IUR relativa ao exercício de 2007, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em Setembro de 2009, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. O Banco contestou, encontrando-se a aguardar a formalização da aceitação da reclamação por parte da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tem uma provisão constituída para contingências fiscais no montante de mCve. 85.976 e mCve. 81.923, respectivamente (Nota 17).

O Conselho de Administração considera que o eventual risco associado às duas situações descritas acima se encontra adequadamente provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros activos		
Bens arrematados	113.329	141.986
Património artístico	9.444	9.547
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	948	525
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	283.820	280.473
. Outras entidades	72.502	130.843
Bonificações a receber		
. Do Estado	612.548	589.103
. De outras entidades	4.265	4.256
Suprimentos	-	236
Outros	-	1.720
Rendimentos a receber de títulos Consolidados de Mobilização Financeira (Nota 23)	260.612	236.934
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	16.524	11.586
. Outros	11.151	7.199
Desvios actuariais (Nota 30)		
. Pensões de reforma	110.323	-
. Assistência médica	37.985	2.959
	<u>1.533.451</u>	<u>1.417.367</u>
Imparidade de outros activos (Nota 17):		
. Imóveis recebidos em dação	(36.937)	(31.675)
. Outros activos	(130.154)	(236.248)
	<u>(167.091)</u>	<u>(267.923)</u>
	<u>1.366.360</u>	<u>1.149.444</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Devedores diversos – Estado” inclui mCve. 86.811, correspondente ao capital e juros vencidos de um crédito com aval do Estado que não foi reembolsado pelo respectivo cliente, tendo por esse motivo sido reclamado ao Estado em Dezembro de 2002. Em 2005, o Tesouro de Cabo Verde comunicou ao Banco a suspensão da confirmação da referida dívida, tendo solicitado a prestação de informação adicional. Não ocorreram desenvolvimentos relevantes nesta situação nos exercícios de 2008 e 2009.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2003.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2009			2008		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2007	23.801	23.374	427	34.801	27.832	6.969
2007	38.431	9.608	28.823	38.431	3.843	34.588
2008	39.554	3.955	35.599	68.754	-	68.754
2009	11.543	-	11.543	-	-	-
	<u>113.329</u>	<u>36.937</u>	<u>76.392</u>	<u>141.986</u>	<u>31.675</u>	<u>110.311</u>

No exercício de 2008, as mais-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascendeu a mCve. 9.076.

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	58.245	144.517
. De instituições de crédito no estrangeiro	9.541	8.949
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	203.843	219.297
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	220.274	170.172
Outros recursos	198	-
Juros a pagar	8.827	7.292
	<u>500.928</u>	<u>550.227</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica "Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais" inclui Euros 115.146 e 170.210 Euros (mCve. 12.696 e mCve. 18.768, respectivamente) relativos a uma linha de crédito contraída junto do Banque Européenne d' Investissement no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros a uma taxa de juro fixa.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.778.407 Euros e 1.234.263 Euros (mCve. 196.096 e mCve. 136.096, respectivamente), registados na rubrica "Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais".



16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Depósitos de poupança</u>		
. De emigrantes	2.462.096	2.569.990
<u>Outros depósitos à vista</u>		
Depósitos à ordem		
. De residentes	15.434.448	17.260.956
. De emigrantes	3.482.999	3.326.554
. De não residentes	1.952.391	3.189.458
	20.869.838	23.776.968
Depósitos obrigatórios	147.246	142.320
	21.017.084	23.919.288
<u>Outros depósitos a prazo</u>		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	18.217.894	17.551.660
. De residentes	8.516.916	8.647.513
. De não residentes	820.043	929.686
	27.554.853	27.128.859
<u>Outros recursos:</u>		
Título cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	1.509.215	981.160
Cheques e ordens a pagar	38.513	53.545
	52.581.761	54.652.842
Juros a pagar	605.504	581.998
	53.187.265	55.234.842

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009								
	Saldos em 31.12.2008	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Transfe- rências	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2009	
<u>Imparidade</u>								
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.756.153	651.422	-	(180.121)	-	-	2.227.454	
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	41.506	-	-	-	-	-	41.506	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	267.923	13.288	-	(110.067)	(4.053)	-	167.091	
	<u>2.076.423</u>	<u>664.710</u>	<u>-</u>	<u>(290.188)</u>	<u>(4.053)</u>	<u>-</u>	<u>2.446.892</u>	
<u>Provisões</u>								
Provisões para encargos com benefícios a empregados (Nota 30):								
Pensões de reforma	4.783.201	-	417.112	(132.449)	-	129.934	5.197.798	
Assistência médica	152.428	-	25.719	(57.210)	-	47.360	168.297	
	<u>4.935.629</u>	<u>-</u>	<u>442.831</u>	<u>(189.659)</u>	<u>-</u>	<u>177.294</u>	<u>5.366.095</u>	
Contingências fiscais (Nota 13)	81.923	-	-	-	4.053	-	85.976	
	<u>5.017.552</u>	<u>-</u>	<u>442.831</u>	<u>(189.659)</u>	<u>4.053</u>	<u>177.294</u>	<u>5.452.071</u>	
	<u>7.093.975</u>	<u>664.710</u>	<u>442.831</u>	<u>(479.847)</u>	<u>-</u>	<u>177.294</u>	<u>7.898.963</u>	
2008								
	Saldos em 31.12.2007	Adopção das NIRF (Nota 35)	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Transfe- rências	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2008
<u>Imparidade</u>								
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.355.839	52.274	463.762	-	(115.722)	-	-	1.756.153
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	-	-	10.841
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	-	-	41.506	-	-	-	-	41.506
Imparidade de outros activos (Nota 14)	301.685	-	16.917	-	-	(50.879)	-	267.923
	<u>1.668.565</u>	<u>52.274</u>	<u>522.185</u>	<u>-</u>	<u>(115.722)</u>	<u>(50.879)</u>	<u>-</u>	<u>2.076.423</u>
<u>Provisões</u>								
Provisões para encargos com benefícios a empregados (Nota 30):								
Pensões de reforma	3.023.694	1.492.001	-	394.773	(121.179)	-	(6.088)	4.783.201
Assistência médica	261.589	(110.509)	-	48.003	(58.727)	-	12.072	152.428
	<u>3.285.283</u>	<u>1.381.492</u>	<u>-</u>	<u>442.776</u>	<u>(179.906)</u>	<u>-</u>	<u>5.984</u>	<u>4.935.629</u>
Contingências fiscais (Nota 13)	-	-	31.045	-	-	50.879	(1)	81.923
	<u>3.285.283</u>	<u>1.381.492</u>	<u>31.045</u>	<u>442.776</u>	<u>(179.906)</u>	<u>50.879</u>	<u>5.983</u>	<u>5.017.552</u>
	<u>4.953.848</u>	<u>1.433.766</u>	<u>553.230</u>	<u>442.776</u>	<u>(295.628)</u>	<u>-</u>	<u>5.983</u>	<u>7.093.975</u>

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Credores</u>		
Recursos - conta activa	130.178	90.824
Recursos - conta caução	112.086	88.401
Recursos consignados	2.490	2.490
<u>Outras exigibilidades</u>		
Retenção de impostos na fonte	57.960	38.754
Previdência social	8.750	7.692
Outros	2.707	381
<u>Encargos a pagar</u>		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	36.000	97.282
. Férias não gozadas	4.531	7.938
Gastos gerais administrativos	8.489	6.815
Outros	61.318	53.276
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
. Anuidades de cartões	12.853	10.771
. De garantias prestadas	4.678	4.976
<u>Desvios actuariais (Nota 30)</u>		
. Pensões de reforma	25.223	25.223
<u>Operações passivas a regularizar</u>	(27.526)	(25.377)
<u>Outras contas de regularização</u>		
Contas internas:		
. Compensação de valores	359.522	96.110
. Compensação SISP	12.651	14.158
ATM - Multibanco	31.192	18.769
Pagamentos por conta (Nota 13)	(30.234)	(26.997)
	<u>812.868</u>	<u>511.486</u>

19. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2009, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

- i) 875.000 acções nominativas do tipo A;
- ii) 449.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

- a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da "Golden Share";
- b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
- c) Aprovação do Plano Estratégico.

Na Assembleia Geral de 25 de Março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 acções do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	2009		2008	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	525.000	52,50%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	166.058	12,53%	125.000	12,50%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	132.476	10,00%	100.000	10,00%
Outros accionistas	328.785	24,82%	250.000	25,00%
	<u>1.324.765</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.000.000</u>	<u>100,00%</u>

## 20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	295.176	383.697
- De impostos diferidos (Notas 5 e 13)	(303)	(136)
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	<u>294.873</u>	<u>383.561</u>
Outras reservas e resultados transitados, líquidas de impostos diferidos		
Reserva legal	509.219	411.668
Outras reservas	1.366.006	821.449
Resultados transitados	<u>(1.174.876)</u>	<u>(1.098.392)</u>
	<u>700.349</u>	<u>134.725</u>
Lucro do exercício	<u>595.783</u>	<u>899.030</u>
	<u>1.591.005</u>	<u>1.417.316</u>

### Reservas de reavaliação

Reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

### Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

**21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.580.019	2.430.316
. Crédito ao exterior	106.997	86.549
. Crédito ao pessoal	38.708	33.748
. Crédito vencido	29.722	29.302
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	548.437	631.757
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	88.429	261.781
. Títulos de regularização monetária	30.547	24.019
. Aplicações a muito curto prazo	7.918	4.021
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	10.738	68.594
Juros de depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	1.208	8.836
Outros juros e rendimentos similares	1.471	270
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	92.302	75.689
	<u>3.536.496</u>	<u>3.654.882</u>

**22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de recursos do Banco de Cabo Verde	-	1.401
Juros de recursos de médio e longo prazo		
. De outras instituições de crédito no estrangeiro	176	482
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	76.139	13.257
. Bilhetes do Tesouro	-	44
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	100.637	102.944
. De residentes - Poupança Jovem	34.926	32.319
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	717.941	730.511
. De residentes	300.770	291.111
. De não residentes	21.946	47.389
. De outras instituições de crédito no país	9.931	12.563
Outros juros e encargos similares	7.305	7.701
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	1.383	1.131
	<u>1.271.154</u>	<u>1.240.853</u>

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	258.335	237.118
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.006	942
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	177	178
Outros		
. Visa International Service Association	-	1.313
	<u>259.518</u>	<u>239.551</u>

Em 2009 e 2008, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas no exercício anterior, nos montantes de mCve. 2.277 e mCve. 184, respectivamente.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Garantias e avales prestados	40.740	43.962
Créditos documentários	12.118	33.719
Comissões por ordens de pagamento emitidas	68.635	89.510
Cobrança de valores	19.983	23.299
Outros	188.163	170.843
	<u>329.639</u>	<u>361.333</u>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(26.885)	(18.641)
Comissões de correspondentes	(7.130)	(6.462)
Visa International Service Association	(5.469)	(5.041)
Outros	(328)	(323)
	<u>(39.812)</u>	<u>(30.467)</u>

**25. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de capital (Nota 5)		
Visa International Service Association	-	1.719
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	-	18.503
Outros	6	-
	<u>6</u>	<u>20.222</u>

**26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	109.438	(16.480)	92.958	177.620	(7.380)	170.240
Resultados em notas e moedas	42.391	(17.744)	24.647	44.166	(12.036)	32.130
	<u>151.829</u>	<u>(34.224)</u>	<u>117.605</u>	<u>221.786</u>	<u>(19.416)</u>	<u>202.370</u>

**27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	4.253	11.188
Outros	-	539
	<u>4.253</u>	<u>11.727</u>

No exercício de 2008, esta rubrica inclui mCve. 5.406 relativos à mais-valia na alienação da fracção do edifício da agência de Santa Maria à Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Nota 10).

**28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Recuperação de créditos, juros e despesas		
. Recuperação de créditos incobráveis	156.577	171.675
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	86.971	117.298
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	80.115	77.580
. Outros	16.939	16.409
Reembolso de despesas		
. Correios	32.358	55.440
. Outros	26.849	25.443
Outros	75.037	40.235
	<u>474.846</u>	<u>504.080</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(1.264)	(1.157)
Outros impostos	(6.247)	(3.905)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(928)	(214)
Multas e outras penalidades legais	(8.996)	(71)
Outros	(29.491)	(2.479)
	<u>(46.926)</u>	<u>(7.826)</u>
	<u>427.920</u>	<u>496.254</u>

**29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remunerações de empregados	653.515	582.149
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	18.774	21.503
Prémios de produtividade (Nota 18)	3.364	115.271
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 30)	417.112	394.773
. Assistência médica (Nota 30)	25.719	48.003
. Previdência social	39.966	31.980
. Outros	14.857	13.303
Outros custos com pessoal	11.199	15.430
	<u>1.184.506</u>	<u>1.222.412</u>

No exercício de 2009, o saldo da rubrica “Prémios de produtividade” está deduzido do montante mCve. 32.636, relativo ao excesso da provisão constituída no ano anterior.



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Administradores	5	5
Directores	8	9
Chefias	79	75
Técnicos	210	208
Administrativos	47	48
Pessoal auxiliar	99	95
	-----	-----
	448	440
	===	===

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha ao seu serviço 70 e 59 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente:

### 30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

#### 30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.3 m)). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

Método actuarial	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV 80
Taxa de desconto	6%
Taxa de crescimento dos salários	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,5%
Idade de reforma	58 anos ou 35 anos de serviço

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2008 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de crescimento dos salários	4,5%	6,3%	4,5%	4,6%
Taxa de crescimento das pensões	2,5%	4,1%	2,5%	2,5%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>
Activos e ex-funcionários	249	3.113.069	263	2.882.547
Reformados e pré-reformados	128	1.993.100	113	1.817.589
Pensionistas	12	91.629	13	83.065
Total	389	5.197.798	389	4.783.201

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2007	4.515.695
	-----
Contribuições dos empregados	19.135
Custos registados pelo Banco (Nota 29)	394.773
Pensões pagas	( 121.179 )
Desvios actuariais	( 25.223 )
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	4.783.201
	-----
Contribuições dos empregados	19.611
Custos registados pelo Banco (Nota 29)	417.112
Pensões pagas	( 132.449 )
Desvios actuariais	110.323
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.197.798
	=====

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve uma avaliação actuarial efectuada por uma entidade especializada com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica	6%
Taxa de crescimento dos salários	4,5%
Taxa de inflação das despesas médicas	3%

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 168.297 e mCve. 152.428, respectivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2007	151.080
	-----
Contribuições dos empregados	9.113
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	48.003
Despesas médicas pagas	( 58.727 )
Desvios actuariais	2.959
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	152.428
	-----
Contribuições dos empregados	12.334
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	25.719
Despesas médicas pagas	( 57.210 )
Desvios actuariais	35.026
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	168.297
	=====

30.3 Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das NIRF nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrado como segue:

	<u>Pensões</u>	<u>Saúde</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-
Desvios actuariais no ano	(25.223)	2.959	(22.264)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 14)	<u>(25.223)</u>	<u>2.959</u>	<u>(22.264)</u>
Desvios actuariais no ano	110.323	35.026	145.349
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 14)	<u>85.100</u>	<u>37.985</u>	<u>123.085</u>

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Encargos com a SISP	108.192	104.244
Publicidade e edição de publicações	87.191	95.155
Conservação e reparação	84.281	75.333
Comunicações e despesas de expedição	83.565	80.039
Água, gás e electricidade	53.177	58.958
Transporte de valores	35.845	38.404
Consultores e auditores externos	35.510	11.326
Impressos e material de consumo corrente	29.059	31.757
Rendas e alugueres	26.571	21.572
Segurança e vigilância	23.797	21.803
Combustíveis	11.652	12.238
Assistência técnica	10.802	9.728
Seguros	10.552	9.858
Transportes	10.184	11.130
Ajudas de custo	6.807	10.760
Despesas de representação	5.579	6.056
Despesas de alojamento	5.264	7.984
Formação de pessoal	5.153	6.273
Outros	60.959	47.953
	<u>694.140</u>	<u>660.571</u>

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales	2.143.498	1.887.431
. Créditos documentários abertos	689.746	962.162
	<u>2.833.244</u>	<u>2.849.593</u>
Depósito e guarda de valores	9.208.632	6.133.047
	<u>12.041.876</u>	<u>8.982.640</u>

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.
- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2009					
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros
Juros e rendimentos similares	548.437	140.306	-	1.249.356	1.598.397	-
Juros e encargos similares	-	(93.080)	-	(270.371)	(907.703)	-
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>548.437</b>	<b>47.226</b>	<b>-</b>	<b>978.985</b>	<b>690.694</b>	<b>-</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	259.518	-	-	-	-	-
Rendimentos com serviços e comissões	-	70.791	30.292	100.272	128.284	-
Encargos com serviços e comissões	-	(34.019)	(5.469)	-	(324)	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	6	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	117.605	-	-	-	-
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	4.253
Outros resultados de exploração	-	-	-	92.302	151.245	184.373
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>807.955</b>	<b>201.609</b>	<b>24.823</b>	<b>1.171.559</b>	<b>969.899</b>	<b>188.626</b>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(237.947)	(389.898)	(36.865)
	<b>807.955</b>	<b>201.609</b>	<b>24.823</b>	<b>933.612</b>	<b>580.001</b>	<b>151.761</b>
Outros custos e proveitos						(2.103.978)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>595.783</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	9.650.707	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	348.608	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.780.837	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	1.418.524	-	-	-	-
Crédito a clientes	3.611.262	-	-	14.414.896	18.023.254	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	500.928	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	9.764.836	43.422.429	-

  

	2008					
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros
Juros e rendimentos similares	631.757	367.251	-	1.205.320	1.450.554	-
Juros e encargos similares	-	(49.231)	-	(273.480)	(918.142)	-
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>631.757</b>	<b>318.020</b>	<b>-</b>	<b>931.840</b>	<b>532.412</b>	<b>-</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	239.551	-	-	-	-	-
Rendimentos com serviços e comissões	-	-	24.571	109.484	227.278	-
Encargos com serviços e comissões	-	(6.462)	(22.954)	(67)	(964)	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	20.222	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	202.370	-	-	-	-
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	11.727
Outros resultados de exploração	-	-	-	63.976	224.997	207.281
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>871.308</b>	<b>534.150</b>	<b>1.617</b>	<b>1.105.233</b>	<b>983.703</b>	<b>219.008</b>
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(102.673)	(361.089)	(89.468)
	<b>871.308</b>	<b>534.150</b>	<b>1.617</b>	<b>1.002.560</b>	<b>622.614</b>	<b>129.540</b>
Outros custos e proveitos						(2.262.759)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>899.030</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	8.216.907	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	1.785.817	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.869.223	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	6.470.601	-	-	-	-
Crédito a clientes	3.376.496	-	-	13.128.776	16.078.199	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	550.227	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	12.885.625	42.349.217	-

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

## 34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	Estado de Cabo Verde	2009			
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
		Banco			Associadas
		CGD	Interatlântico	Promotora	
<b>Activos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.650.707	16.946	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	450.000	572.571	-	-	-
Títulos de dívida pública	5.226.315	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	111.283	11.500
Imparidade	-	-	-	10.841	206
Outros activos	1.126.756	19.622	24.499	-	2.096
<b>Passivos:</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	86	-	229.358
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	1.367	255.008
Outros passivos	66.710	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>					
Garantias recebidas	-	-	-	150.000	41.349
<b>Proveitos:</b>					
Juros e rendimentos similares	385.229	9.965	-	7	18
Rendimentos de serviços e comissões	-	10	16	26	1.259
Outros proveitos de exploração	-	1	2	15	304
<b>Custos:</b>					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	7.796
Outros custos de exploração	-	-	-	-	108.192

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2008				
	Estado de Cabo Verde	Grupo Caixa Geral de Depósitos			
		Banco			Associadas
		CGD	Interatlântico	Promotora	
<b>Activos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.216.907	157.264	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	5.786.000	721.705	-	-	-
Títulos de dívida pública	4.959.477	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	121.783	-
Imparidade	-	-	-	10.841	-
Outros activos	842.579	15.594	1.450	45	1.279
<b>Passivos:</b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	37.970	-	262.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	418	256.098
Outros passivos	46.446	-	-	-	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>					
Garantias recebidas	-	-	-	150.000	-
<b>Proveitos:</b>					
Juros e rendimentos similares	526.939	54.134	11	3	2
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	4	24	850
Outros proveitos de exploração	-	-	3	15	354
<b>Custos:</b>					
Juros e encargos similares	1.401	-	-	-	5.506
Outros custos de exploração	-	-	-	-	104.244

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

#### Órgãos de gestão

Em 2009, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 18.774 ( mCve. 21.503 no exercício de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 74.642 e mCve. 107.781, respectivamente.

### 35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

#### Risco cambial

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 16%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição.

	2009							
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.650.707	-	-	-	-	-	-	9.650.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	348.608	-	-	-	-	-	-	348.608
Aplicações em instituições de crédito	1.268.524	150.000	-	-	-	-	-	1.418.524
Títulos de dívida pública	2.370.237	-	-	126.841	1.102.540	464.836	1.009.852	153.209
Crédito a clientes (valores brutos)	1.268.403	2.213.424	2.911.416	2.834.814	7.727.111	4.144.279	5.267.794	11.909.625
	14.906.479	2.363.424	2.911.416	2.961.655	8.828.651	4.609.115	6.277.446	12.061.834
								54.921.020
<b>Passivos</b>								
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(290.654)	-	-	-	(24.178)	-	-	(196.096)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.618.463)	(6.395.486)	(6.740.950)	(14.630.336)	(1.951.031)	-	-	(53.187.265)
	(26.909.117)	(6.395.486)	(6.740.950)	(14.630.336)	(1.926.208)	-	-	(196.096)
	(10.893.636)	(3.032.062)	(2.829.534)	(11.668.680)	6.904.442	4.609.115	6.277.446	11.909.738
Diferencial								1.232.827

  

	2008							
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.216.907	-	-	-	-	-	-	8.216.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.785.817	-	-	-	-	-	-	1.785.817
Aplicações em instituições de crédito	2.926.278	1.859.811	1.884.512	-	-	-	-	6.470.601
Títulos de dívida pública	-	159.855	-	423.897	3.627.918	412.528	180.481	4.959.477
Crédito a clientes (valores brutos)	2.940.801	2.034.944	2.410.902	1.808.514	6.322.878	7.321.634	4.029.324	8.372.827
	15.869.803	4.054.610	4.085.414	2.330.511	8.950.796	7.734.162	4.209.805	8.527.625
								56.772.426
<b>Passivos</b>								
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(380.055)	-	-	-	(34.076)	-	-	(136.096)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28.306.383)	(6.649.802)	(6.507.226)	(14.616.331)	(34.616)	(118.285)	-	(55.234.842)
	(28.686.438)	(6.649.802)	(6.507.226)	(14.616.331)	(68.692)	(118.285)	-	(136.096)
	(12.616.635)	(1.595.192)	(2.411.811)	(12.285.820)	6.661.904	7.615.877	4.209.805	8.391.429
Diferencial								(12.643)



Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de créditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2009	2008
Títulos de dívida pública	5.226.315	4.959.477
Aplicações em instituições de crédito	1.418.524	6.470.601
Crédito a clientes	36.049.412	32.583.471
Outros devedores	347.423	323.745
	<u>37.815.359</u>	<u>39.377.817</u>
Garantias e avales	2.143.498	1.887.431
Créditos documentários abertos	689.746	962.162
	<u>2.833.244</u>	<u>2.849.593</u>
Exposição máxima	<u>45.874.918</u>	<u>47.186.887</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2009					
	Créditos com análise colectiva			Outros saldos	Total
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"		
<b>Empresas</b>					
Crédito a empresas					
Vincendo	9.624.424	3.175.733	972.904	111.316	13.884.377
Vencido	14.837	61.751	418.958	-	495.546
	<u>9.639.261</u>	<u>3.237.484</u>	<u>1.391.862</u>	<u>111.316</u>	<u>14.379.923</u>
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	2.191.615	393.881	58.298	-	2.643.794
	<u>2.191.615</u>	<u>393.881</u>	<u>58.298</u>	<u>-</u>	<u>2.643.794</u>
<b>Retalho</b>					
Crédito à habitação					
Vincendo	11.506.620	267.454	693.306	-	12.467.380
Vencido	3.404	7.200	41.414	-	52.018
	<u>11.510.024</u>	<u>274.654</u>	<u>734.720</u>	<u>-</u>	<u>12.519.398</u>
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.134.411	14.917	96.196	-	1.245.524
Vencido	926	3.110	23.713	-	27.749
	<u>1.135.337</u>	<u>18.027</u>	<u>119.909</u>	<u>-</u>	<u>1.273.273</u>
Pequenos negócios					
Vincendo	1.858.011	81.390	302.472	-	2.241.873
Vencido	2.273	8.988	111.735	-	122.996
	<u>1.860.284</u>	<u>90.378</u>	<u>414.207</u>	<u>-</u>	<u>2.364.869</u>
Outros créditos					
Vincendo	2.519.726	335.436	266.722	-	3.121.884
Vencido	14.480	13.898	74.501	-	102.879
	<u>2.534.206</u>	<u>349.334</u>	<u>341.223</u>	<u>-</u>	<u>3.224.763</u>
Garantias pessoais					
Vincendo	189.450	-	-	-	189.450
<b>Sector Público</b>					
Vincendo	1.035.426	176	-	-	1.035.602
Vencido	-	19	16	-	35
	<u>1.035.426</u>	<u>195</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>1.035.637</u>
Total crédito vincendo	<u>30.059.683</u>	<u>4.268.987</u>	<u>2.389.898</u>	<u>111.316</u>	<u>36.829.884</u>
Total crédito vencido	<u>35.920</u>	<u>94.966</u>	<u>670.337</u>	<u>-</u>	<u>801.223</u>
Total de crédito	<u>30.095.603</u>	<u>4.363.953</u>	<u>3.060.235</u>	<u>111.316</u>	<u>37.631.107</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

2008					
	Créditos com análise colectiva			Outros saldos	Total
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"		
<b>Empresas</b>					
Crédito a empresas					
Vincendo	9.519.432	2.417.722	442.292	121.783	12.501.229
Vencido	3.852	215.236	240.788	-	459.876
	<u>9.523.284</u>	<u>2.632.958</u>	<u>683.080</u>	<u>121.783</u>	<u>12.961.105</u>
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	2.615.887	69.131	33.168	-	2.718.186
	<u>2.615.887</u>	<u>69.131</u>	<u>33.168</u>	<u>-</u>	<u>2.718.186</u>
<b>Retalho</b>					
Crédito à habitação					
Vincendo	9.465.573	356.551	454.988	-	10.277.112
Vencido	4.947	12.123	41.482	-	58.552
	<u>9.470.520</u>	<u>368.674</u>	<u>496.470</u>	<u>-</u>	<u>10.335.664</u>
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.043.039	28.965	60.667	-	1.132.671
Vencido	3.158	6.301	17.862	-	27.321
	<u>1.046.197</u>	<u>35.266</u>	<u>78.529</u>	<u>-</u>	<u>1.159.992</u>
Pequenos negócios					
Vincendo	2.202.500	126.024	191.150	-	2.519.674
Vencido	4.462	16.656	93.297	-	114.415
	<u>2.206.962</u>	<u>142.680</u>	<u>284.447</u>	<u>-</u>	<u>2.634.089</u>
Outros créditos					
Vincendo	2.676.762	304.749	150.774	-	3.132.285
Vencido	15.250	20.295	81.946	-	117.491
	<u>2.692.012</u>	<u>325.044</u>	<u>232.720</u>	<u>-</u>	<u>3.249.776</u>
Garantias pessoais					
Vincendo	122.735	8.672	-	-	131.407
<b>Sector Público</b>					
Vincendo	713.491	866	-	-	714.357
Vencido	-	-	15	-	15
	<u>713.491</u>	<u>866</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>714.372</u>
Total crédito vincendo	<u>28.359.419</u>	<u>3.312.680</u>	<u>1.333.039</u>	<u>121.783</u>	<u>33.126.921</u>
Total crédito vencido	<u>31.669</u>	<u>270.611</u>	<u>475.390</u>	<u>-</u>	<u>777.670</u>
Total de crédito	<u>28.391.088</u>	<u>3.583.291</u>	<u>1.808.429</u>	<u>121.783</u>	<u>33.904.591</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 6.216.207, ascendendo a imparidade a mCve. 1.002.282. Conforme descrito na Nota 2.3. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva. Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

2009					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.650.707	9.650.707	-	-	9.650.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	348.608	348.608	-	-	348.608
Activos financeiros disponíveis para venda	6.729.795	6.729.795	-	51.042	6.780.837
Aplicações em instituições de crédito	1.418.524	1.418.524	-	-	1.418.524
Títulos de dívida pública	5.226.315	5.219.002	(7.313)	-	5.226.315
Crédito a clientes	35.764.208	35.257.287	(506.921)	285.204	36.049.412
	<u>59.138.157</u>	<u>58.623.923</u>	<u>(514.234)</u>	<u>336.246</u>	<u>59.474.403</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	500.928	515.658	14.730	-	500.928
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.187.265	53.140.823	(46.442)	-	53.187.265
	<u>53.688.193</u>	<u>53.656.481</u>	<u>(31.712)</u>	-	<u>53.688.193</u>

  

2008					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8.216.907	8.216.907	-	-	8.216.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.785.817	1.785.817	-	-	1.785.817
Activos financeiros disponíveis para venda	6.818.181	6.818.181	-	51.042	6.869.223
Aplicações em instituições de crédito	6.470.601	6.470.601	-	-	6.470.601
Títulos de dívida pública	4.959.477	4.988.639	29.162	-	4.959.477
Crédito a clientes	32.104.963	32.387.836	282.873	478.508	32.583.471
	<u>60.355.946</u>	<u>60.667.981</u>	<u>312.035</u>	<u>529.550</u>	<u>60.885.496</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	550.227	568.976	18.749	-	550.227
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.234.842	55.252.275	17.433	-	55.234.842
	<u>55.785.069</u>	<u>55.821.251</u>	<u>36.182</u>	-	<u>55.785.069</u>

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.808 e mCve. 941, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - A participação na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna "Saldo não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

2009						
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.303.485	614.777	298.839	(282.976)	(551.221)	(1.034.292)
<u>Total activo sensível</u>	<u>1.303.485</u>	<u>614.777</u>	<u>298.839</u>	<u>(282.976)</u>	<u>(551.221)</u>	<u>(1.034.292)</u>

2008						
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.025.352	481.713	233.725	(220.545)	(428.900)	(812.573)
<u>Total activo sensível</u>	<u>1.025.352</u>	<u>481.713</u>	<u>233.725</u>	<u>(220.545)</u>	<u>(428.900)</u>	<u>(812.573)</u>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 1200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projeção margem financeira						
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2008	(158.394)	(79.197)	(39.598)	39.598	79.197	158.394
Exercício de 2009	(218.255)	(109.128)	(54.564)	54.564	109.128	218.255

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.288.687	298.527	48.662	14.831	9.650.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105.125	76.716	153.793	12.974	348.608
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.791.678	-	-	-	6.791.678
Aplicações em instituições de crédito	448.725	113.513	856.286	-	1.418.524
Títulos de dívida pública	5.226.315	-	-	-	5.226.315
Crédito a clientes (valores brutos)	37.165.930	1.068.594	42.342	-	38.276.866
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	161.210	-	-	-	161.210
Outros activos	1.391.760	20.548	121.143	-	1.533.451
Imparidade acumulada	(2.303.612)	(96.335)	(2.724)	(715)	(2.405.386)
	<u>58.275.818</u>	<u>1.479.563</u>	<u>1.219.502</u>	<u>27.090</u>	<u>61.001.973</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(279.187)	(220.274)	(1.270)	(197)	(500.928)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(50.786.828)	(1.295.308)	(1.095.748)	(7.380)	(53.187.265)
Outros passivos	(657.204)	(44.708)	(97.056)	(13.900)	(812.868)
	<u>(51.725.219)</u>	<u>(1.560.291)</u>	<u>(1.194.074)</u>	<u>(21.477)</u>	<u>(54.501.061)</u>
Exposição líquida	<u>6.550.599</u>	<u>(80.728)</u>	<u>25.428</u>	<u>6.613</u>	<u>6.500.912</u>
	2008				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7.650.319	415.853	46.352	104.383	8.216.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	230.693	337.602	1.179.280	38.242	1.785.817
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.890.064	-	-	-	6.890.064
Aplicações em instituições de crédito	5.730.804	339.617	400.180	-	6.470.601
Títulos de dívida pública	4.959.477	-	-	-	4.959.477
Crédito a clientes (valores brutos)	33.650.640	634.503	54.481	-	34.339.624
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	145.931	-	-	-	145.931
Outros activos	1.015.693	303.884	97.798	4	1.417.369
Amortizações e imparidade acumulada	(1.984.419)	(40.578)	(7.956)	(1.964)	(2.034.917)
	<u>58.279.192</u>	<u>1.990.881</u>	<u>1.770.135</u>	<u>140.685</u>	<u>62.180.873</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(380.055)	(170.172)	-	-	(550.227)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(51.566.830)	(1.977.097)	(1.685.126)	(5.789)	(55.234.842)
Outros passivos	(408.166)	(28.848)	(56.366)	(18.106)	(511.486)
	<u>(52.355.051)</u>	<u>(2.176.117)</u>	<u>(1.741.492)</u>	<u>(23.695)</u>	<u>(56.296.355)</u>
Exposição líquida	<u>5.924.141</u>	<u>(185.236)</u>	<u>28.643</u>	<u>116.770</u>	<u>5.884.318</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

36. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser resumido como segue:

Nota	Capital próprio		Resultado
	31.12.2008	01.01.2008	2008
Saldos de acordo com o PCSB	3.137.229	2.502.730	975.514
<b>Impacto da adopção das NIRF</b>			
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	(9.429)	(807)
Activos intangíveis	(b)	(2.556)	(14.174)
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(c)	(260.696)	(160.045)
Impostos diferidos	(d)	390.405	484.301
Valorização da carteira de títulos	(e)	383.697	308.770
Investimento em associadas	(f)	65.930	21.617
Benefícios dos empregados:			
Pensões de reforma	(g)	(1.396.084)	(1.492.001)
Assistência médica	(g)	124.117	110.509
Prémio de produtividade	(g)	-	-
Imparidade de crédito a clientes	(h)	(52.274)	(52.274)
Outros	(i)	36.977	4.494
		(719.913)	(789.610)
Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma		2.417.316	1.713.120
			(76.484)
			899.030

- (a) Os ajustamentos de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis pode ser decomposto da seguinte forma:

	2008	01.01.2008
Activos tangíveis		
Alteração da vida útil	32.503	-
Imparidade de imóveis de serviço próprio	(41.506)	-
Outros	(426)	(807)
	(9.429)	(807)

De acordo com a Norma IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. O Banco efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio, os quais passaram a ser capitalizados em 50 anos em detrimento de 25 anos, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008, pelo que as amortizações foram inferiores em mCve. 32.884 às registadas de acordo com o PCSB.

O Banco obteve avaliações para a sua carteira de imóveis de serviço próprio. Nos casos em que foram apuradas menos-valias potenciais significativas face ao valor de balanço, líquido de amortizações, foi registada imparidade, sempre que a rentabilidade das respectivas unidades operacionais não é suficiente para recuperar a referida menos-valia.

- (b) A Norma IAS 38 impõe requisitos bastante restritivos para o registo de activos intangíveis, quando comparados com as Normas anteriores.

Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes capitalizados nesta rubrica, verificando o respectivo enquadramento face às regras da Norma IAS 38.

Em resultado desta análise, foram anulados por contrapartida de resultados transitados valores não elegíveis para registo no âmbito das NIRF, nomeadamente custos plurianuais, despesas de constituição e despesas com manutenção de software. O saldo líquido em 1 de Janeiro de 2008 ascendia a mCve. 14.174.

- (c) Conforme referido na Nota 2.3. n), de acordo com as NIRF o Banco passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de mCve. 160.045, que originou um impacto negativo de igual montante em Resultados transitados.
- (d) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos para conversão para NIRF (Nota 13).
- (e) Na sequência da transição para as NIRF, o Banco procedeu à classificação dos instrumentos financeiros nas diversas categorias permitidas pela Norma IAS 39, tendo registado ao justo valor acções anteriormente classificadas como títulos de investimento, participações financeiras e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.3. c). A valorização dos instrumentos classificados em “Activos financeiros disponíveis para venda” foi registada por contrapartida de reservas de reavaliação.
- (f) Este impacto resulta da valorização das participações do Banco na Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L e na SISP – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificadas como investimento em associadas, no âmbito da Norma IAS 28 (Nota 12).
- (g) Os benefícios dos empregados são regulados pela Norma IAS 19. Relativamente às responsabilidades com pensões, a aplicação desta norma com referência a 1 de Janeiro de 2008 teve os seguintes impactos:

Insuficiência de cobertura de responsabilidades em PCSB	(643.141)
Fundo de reestruturação	18.394
	<u>(624.747)</u>
Alteração dos pressupostos actuariais	(867.254)
	<u><u>(1.492.001)</u></u>

Até 31 de Dezembro de 2007, o Banco vinha a recuperar a insuficiência de cobertura de responsabilidades, ao longo de um período de 16 anos, contado a partir do exercício de 2001, a qual ascendia a mCve. 643.141. Com a adopção das NIRF o Banco reconheceu a totalidade da insuficiência por contrapartida de resultados transitados.

Adicionalmente, de acordo com os requisitos específicos da IAS 19, o Banco efectuou uma análise da adequação dos seus pressupostos actuariais e precedeu às necessárias alterações, com referência a 1 de Janeiro de 2008.

Os pressupostos actuariais incluíram as alterações da taxa de crescimento dos salários e das pensões e da adopção de uma tábua de mortalidade actualizada, tal como segue:

	PCSB	NIRF
Tábua de mortalidade	PF 60/64	TV 70/73
Taxa de crescimento dos salários	3%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	3%	2,5%



Assistência médica pós-emprego

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco tinha uma provisão constituída para responsabilidades com saúde no montante de mCve. 261.589. Com a introdução das NIRF, as respectivas responsabilidades foram calculadas de forma similar às responsabilidades com pensões, tendo sido apurado um excesso de cobertura de responsabilidades de mCve. 110.509, o qual foi reconhecido por contrapartida de resultados transitados.

Prémio de produtividade

O Banco distribuiu prémios extraordinários aos colaboradores através da distribuição de resultados de 2007 aprovada em Assembleia Geral, tendo o respectivo montante sido deduzido ao capital próprio. Com a adopção das NIRF (Norma IAS 19), os benefícios a empregados devem ser sempre registados por contrapartida de resultados.

- (h) Com a introdução das NIRF, o Banco deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras diferidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pelo Banco com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 52.274.
- (i) De acordo com o estabelecido no âmbito do acordo celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Estado de Cabo Verde, até 2009 o accionista Estado procedeu à aplicação dos dividendos recebidos para financiar os encargos do Banco com o processo de reestruturação interna na sequência da privatização. Em PCSB, esta contribuição era registada no passivo. Com a adopção das NIRF, a aplicação dos dividendos é registada por contrapartida de capitais próprios na rubrica “Outras reservas”, tendo no exercício de 2008 ascendido a mCve. 32.477.

Com a introdução das NIRF o Banco efectuou uma análise detalhada dos seus imóveis com vista à sua classificação nas categorias previstas nas diversas normas que regulam estes activos. Apesar da maior parte dos imóveis ter permanecido classificada como imóveis de serviço próprio, foram identificados alguns terrenos desocupados, os quais foram classificados como propriedades de investimento, passando a estar reflectidos pelo justo valor, o qual foi determinado com base em avaliações. Em resultado desta classificação, foram reconhecidas mais-valias de mCve. 1.626 com referência a 31 de Janeiro de 2008.

**37. GESTÃO DE CAPITAL**

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito. De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

$$[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)] \times 100$$

Em que:

FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.

VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.

VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**  
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2009:

(valores em milhares de escudos)

Capital realizado	1.318.648		
Prémios de emissão de acções e outros títulos	0		
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	1.875.227		
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores			
Resultados positivos do último exercício	476.826		
Resultados positivos provisórios do exercício em curso			
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas	85.100		
Interesses minoritários <sup>(1)</sup>			
<b>SOMA</b>		3.755.601	
Activos intangíveis	23.849		
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	216.121		
Resultados negativos do último exercício			
Resultados negativos provisórios do exercício em curso			
Insuficiência de provisões	239.689		
Reservas de reavaliação negativas			
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas			
Acções próprias			
Diferenças positivas de primeira consolidação <sup>(1)</sup>			
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>			
<b>SOMA</b>		479.659	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO</b>			3.275.942
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer			
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS</b>			3.275.942
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis	0		
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro			
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	0		
Outras reservas de reavaliação	147.437		
Outros elementos			
<b>FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES</b>		147.437	147.437
<b>FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES</b>			3.423.379
Participações a deduzir:			
Superiores a 10 % do capital	165.553		
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	0	165.553	
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	5.936	5.936	
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)			
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)			
<b>FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO</b>			3.251.890
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)			
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>			<b>3.251.890</b>

<sup>(1)</sup> Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*;

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

O Banco prosseguiu, após privatização, com um capital social de 1 milhão de Escudos de Cabo Verde. Em 2009 foi aumentado em mais 324 mil Escudos de Cabo Verde, com o objectivo de assegurar uma estrutura de capital sólida que sustente a dimensão e o crescimento da actividade.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2009, ascende a 3,2 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 10,06%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

Perante isso, e considerando o efeito positivo esperado da gestão do capital e melhoria da qualidade dos Activos e dos Passivos, o Banco criou a Direcção de Gestão de Risco cuja actuação poderá se revelar uma vantagem competitiva para a instituição.